



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 16 / 03 / 1997
C	<i>Letra</i>
	Rubrica

**Processo :** 10675.001304/92-15

**Sessão :** 06 de fevereiro de 1996

**Acórdão :** 203-02.557

**Recurso :** 92.433

**Recorrente :** COMERCIAL MONTE MINAS LTDA.

**Recorrida :** DRF em Uberlândia - MG

**IPI** - Reacondicionamento de açúcar, em embalagens plásticas de 01 a 05 quilos é industrialização e incide IPI (art. 3º, inc. IV, do RIPI/82). **Nega-se provimento ao recurso.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: COMERCIAL MONTE MINAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sérgio Afanassieff.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 1996

Osvaldo José de Souza

**Presidente**

Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, Mauro Wasilewski, Celso Ângelo Lisboa Gallucci, Ricardo Leite Rodrigues e Tiberany Ferraz dos Santos.

FCLB/



Processo : 10675.001304/92-15

Acórdão : 203-02.557

Recurso : 92.433

Recorrente : COMERCIAL MONTE MINAS LTDA.

## RELATÓRIO

Em 01.09.92, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 68, contra a ora recorrente, dela exigido o IPI e os acréscimos de juros e multa, ao fundamento de que a autuada adquire açúcar em sacos de 50 quilos e reacondiciona esse produto em embalagens plásticas de 01 a 05 quilos, para revendê-lo, caracterizando a industrialização prevista no art. 3º, inciso IV, do RIPI/82.

Defendendo-se a autuada apresentou a Impugnação da fls. 73/79, aplicada pela Informação Fiscal, de fls. 90/92, ambas, pela ordem, postulando o decreto da improcedência e procedência da ação fiscal.

A Decisão Singular (fls. 99/106) julgou procedente, em parte, a exigência fiscal, para excluir do crédito tributário as parcelas relativas aos períodos de 31.01, 15.03, 30.04, 31.05 e 15.07.92 (fls. 107), aos fundamentos assim ementados:

“Caracteriza industrialização a operação que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem se destine apenas ao transporte da mercadoria (Art. 3º, inciso IV do RIPI/82).”

Com a guarda do prazo legal (fls. 110), veio Recurso Voluntário (fls. 112/128), reeditando os argumentos da impugnação e enfatizando, em síntese, que, em preliminar, não houve industrialização, porque o alegado reacondicionamento em embalagem menor não se tipifica na regra do inciso IV, do art. 3º, do RIPI/82, e, no mérito, há de ser excluído o crédito tributário, por força do art. 5º, § 1º, do mesmo regulamento, já que a embalagem, no caso, é indispensável à manutenção, transporte e manuseio do produto.

Para melhor instruir este julgamento, leio as razões recursais, a partir da fls. 124.

Com o recurso, vieram as peças de fls. 130/319, sobre os quais se manifestou o fiscal autuante, a fls. 328/329, mercê da Diligência de fls. 323/324.

Nas Informações de fls. 328/329, o senhor auditor fiscal oficiante no feito, sustentou, em síntese, que das notas fiscais, de fls. 147/150, não houve destaque do IPI e, por isso, não se pode pretender, no caso, de creditar-se IPI, além de a decisão singular e mesmo durante os trabalhos de fiscalização foram reconhecidos e deferidos os créditos comprovados. E,



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10675.001304/92-15

Acórdão : 203-02.557

finalizando, ele sustentou, quanto às notas fiscais de fls. 151/319, que a exigência, no caso, firma-se no art. 10, § único do RIPI/82 e no Ato Declaratório CST nº 16/75.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10675.001304/92-15  
Acórdão : 203-02.557

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Não assiste razão à recorrente. Aquele reacondicionamento, praticado por ela, caracteriza-se como industrializado nos termos do inc. IV, do art. 3º, do RIPI/82. Não há prova, nem argumentos, nos autos, capazes de infirmar a exigência fiscal.

A preliminar suscitada, nesse articular, confunde-se com a matéria de mérito, e, à míngua de sustentação fática, rejeito-a, mercê, também, das razões supra.

Meritoriamente, pois, tenho como correta a exigência fiscal, eis que, repete-se o predito reacondicionamento é industrialização e à hipótese dos autos, *data venia*, não se aplica a regra do inciso I do art. 5º do RIPI/82.

Isto posto, nego provimento.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 1996

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sebastião Borges Taquary".  
SEBASTIÃO BORGES TAQUARY